



LÉXICO DO/NO SERTÃO/SEMIÁRIDO BAIANO: PEGADAS DO GLOTOCÍDIO, CONTATOS E RESISTÊNCIAS

LEXICON OF THE BAIANO SEMI-ARID REGION: TRACES OF GLOTOCIDE, CONTACTS AND RESISTANCE

Norma Lucia Fernandes de Almeida (UEFS)¹

norma@uefs.br

RESUMO: Este artigo apresenta uma caracterização do léxico usado em comunidades do semiárido baiano, focando o léxico de origem indígena, de origem africana e os chamados arcaísmos. As lexias encontradas seriam pegadas de um processo de resistência das línguas indígenas e africanas que passaram por um processo de glotocídio e/ou linguicídio. O trabalho deriva de resultados de dois projetos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e foca suas análises em comunidades rurais. Busca-se, a partir do estudo, uma melhor compreensão dos efeitos que o processo de colonização linguística e consequente processo de transmissão linguística irregular teve para a formação das variedades linguísticas usadas pelas comunidades pesquisadas. Em síntese, os resultados mostram produtividade de lexias de origem indígena, de origem africana e “arcaísmos” tanto no uso geral quanto no uso específico (ligadas a atividades, etc).

PALAVRAS-CHAVE: Léxico, Línguas Africanas, Línguas Indígenas, Português Popular Brasileiro.

ABSTRACT: This paper presents a characterization of the lexicon used in communities in the semi-arid regions of Bahia, with a focus on the lexicon of indigenous origin, African origin and so-called archaisms. The identified lexemes are evidence of the endurance of indigenous and African languages that went through processes of glottophagy and/or linguicide. This paper stems from the results of two research projects carried out at Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) and its analysis concentrates in rural communities. The research aims to better understand the effects that linguistic colonization and the resulting process of irregular linguistic transmission had on developing the linguistic varieties used by the surveyed communities. In summary, the results demonstrate that lexemes of indigenous and African origin, as well as “archaisms”, have high productivity in both general and specific usage (linked to activities, etc).

KEYWORDS: Lexicon, African languages, Indigenous languages, Popular Brazilian Portuguese.

1 Introdução

O Brasil, como sabemos, passou por um processo de colonização, que é definido nos dicionários como

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



s.f. Ato ou efeito de colonizar; estabelecimento de colônia, povoamento por colônia. Estado ou situação de colonizado. Processo de exploração de colônias ou de territórios colonizados. (Michaelis online, acesso 2023).

Nos dicionários consultados, não encontramos o conceito de colonização linguística. No entanto, esse processo foi crucial para a colonização econômica e política do Brasil e de outros “empreendimentos” coloniais europeus. Segundo Mariani (2004, pág. 25), colonização linguística “supõe a imposição de idéias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um único projeto”. No bojo dessa discussão, há, por exemplo, os processos de nomeação, (re)nomeação dos escravizados, dos indígenas batizados, (re)nomeação da geografia, ignorando, na maioria das vezes, completamente a voz, a cultura dos que ora buscavam dominar, denegando, assim, a identidade do povo subjugado. Nesse sentido, Calvet (1993) nos diz que o direito de nomear é o equivalente linguístico do direito de apropriar-se; o que, ao longo do processo colonial e imperial, leva ao glotocídio de línguas, não só das línguas indígenas, mas também de línguas africanas que aqui chegaram. Esse glotocídio ou linguicídio², como preferem chamar alguns autores em publicações recentes (Nascimento, 2019, Evaristo, 2021), caminha junto com o genocídio ou as tentativas de genocídio, já que etnias inteiras foram dizimadas junto com suas línguas e culturas³.

A imposição linguística vai minando e levando a adaptações e a mudanças de eventos da cultura. O próprio Câmara Cascudo (1984), mesmo sendo um intelectual conservador em muitos aspectos, consegue enxergar, pelo menos, parte desse processo. Ao tratar da participação dos indígenas na literatura oral no contexto da cultura brasileira, ele diz o seguinte:

2 Nascimento (2019), Evaristo (2021), entre outros, preferem usar como o “correlato” linguístico de genocídio, linguicídio e não glotocídio como usa Calvet desde o século passado. Há nuances que podem levar a alguma diferenciação entre os termos, mas não me deterei nessa questão.

3 Há estimativas de que, quando os portugueses aqui chegaram, poderiam existir mais ou menos 1 200 línguas e povos e hoje há menos de 200 línguas indígenas faladas no território nacional. Esse número não é preciso porque além da questão dos povos isolados há uma crescente busca de povos indígenas de retomadas de suas línguas.

Se houvesse o conhecimento do idioma a dificuldade seria infinitamente menor porque a língua estabelece um parentesco visível entre os indígenas. Mas o indígena contando histórias noutro idioma que não seja o próprio, desfalca em grande percentagem os valores reais, anulando as imagens, as comparações, os diálogos, a imitação de cenas. Será um narrador monótono, numa fria mas fiel declamação desinteressada. Falta a excitação verbal do vocabulário habitual (Cascudo, 1984, pg 83).

No Brasil, segundo Mariani (2004)⁴ e outros pesquisadores, tivemos singularidades no processo da colonização linguística. Por um lado, tínhamos a igreja católica, especialmente a Companhia de Jesus, cujo religiosos aprendiam as línguas indígenas com a intenção de melhor catequizar, entre os séculos XVI e XVIII, inclusive ensinando e gramaticizando a língua geral (tupi antigo ou tupinambá)⁵, e tendo, também, a intenção de ensiná-la não só aos colonos, mas, principalmente, impô-la a outras etnias⁶. Por outro lado, temos a administração da colônia que, em certo momento, passou a não ver com bons olhos certa “autoridade” dos missionários com os povos aldeados (Lyrio Santos, 2011). Esse poder não agradou especialmente ao Marquês de Pombal que, em meados do século XVIII, obrigou o uso da língua portuguesa e expulsou os jesuítas⁷. Nesse caldeirão linguístico⁸, até, pelo menos o século XVIII, havia, ainda, além do português e das línguas indígenas, diversas línguas africanas convivendo com a língua do colonizador⁹ de forma relativamente “regular”.

Foi nesse contexto de disputas políticas e linguísticas que o Português Brasileiro (doravante PB) se formou. O empreendimento colonizador passou, a partir do século

4 Diversos pesquisadores da área da linguística história, da sociolinguística tratam dessa situação linguística do Brasil Colônia, especialmente dessa situação do contato entre o português e as línguas indígenas, inicialmente, e depois do contato com línguas africanas. Quis trazer a perspectiva dos autores que trabalham com o conceito de colonização linguística por pensar que esse conceito coloca em maior evidência a importância que a questão linguística teve para o empreendimento colonial.

5 Outras línguas também foram gramaticizadas por outras ordens religiosas, a exemplo do kipeá.

6 Ressaltamos que houve religiosos que, além de registrarem outras línguas indígenas do tronco macro-jê, também mantiveram a catequização e o uso das línguas desses grupos. Nesse contexto, foram feitos, por exemplo, o Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasilica da Nação Kiriri (1698), A Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Nação Karirí (1699), ambos registrados pelo Pe. Mamiani, e o Catecismo Indico da língua Kariris (1709), do Pe. Bernardo de Nantes.

7 Para um aprofundamento dessa discussão ver Lyrio Santos (2011).

8 O fato de o Diretório dos Índios proibir o uso da língua geral e de outras línguas não quer dizer que essa lei foi cumprida a risca e em todo o território do mesmo modo. Para essa discussão, ver Nobre (2015).

9 Em um outro período do processo colonial e imperial, teremos também as línguas de imigração.



XVIII, a ter uma política linguística explícita¹⁰, com o Diretório dos Índios, ou seja, a imposição oficial de uma única língua para a comunicação. O português não seria mais só uma língua usada pela administração e pela coroa, mas a intenção era dominar todo o território, não só em termos econômicos, mas também cultural e linguisticamente, já que esse tipo de dominação facilitava, em muitas medidas, a dominação econômica e territorial.

Dentro desse contexto, podemos dizer que esse empreendimento nefasto, em termos linguísticos, teve certo êxito, já que o português é a língua majoritária do país. Hoje, sabemos, via estudos, que não foi um êxito total, houve resistências, apesar de todo o processo de opressão, já que comunidades indígenas mais afastadas (ou não) mantiveram suas línguas, algumas as mantiveram parcialmente. Comunidades africanas conseguiram manter parte de suas línguas em terreiros (Alves & Marques, 2016) e em comunidades mais ou menos isoladas¹¹. Assim, toda essa opressão para cumprimento dessas normas foi fundamental para que o Brasil passasse de um país com um multilinguismo generalizado para um multilinguismo localizado (cf, Mattos e Silva, 2004 [1993]; Lobo, 1998). Esse processo colonial ou neo colonial perdura até hoje, como atesta Rodrigues, já que:

A aversão pela diversidade étnica e pela diversidade linguística continua sendo uma das mais fortes heranças que a sociedade brasileira recebeu dos colonizadores portugueses. Mesmo as línguas indígenas mais faladas no presente estão submetidas a fortes pressões dos mais diversos setores da sociedade majoritária, que as vêem como empecilho à integração, isto é, ao domínio ou domesticação das minorias indígenas. (Rodrigues, 1993, p. 99- 100).

Essas palavras iniciais serviram para mostrar de onde estamos partindo, de quais concepções, de maneira geral, de língua e sociedade. Assim, temos como objetivo

10 Apesar dessa política explícita, houve resistências em termos de acatar essa política. Há relatos, por exemplo, de uso da língua geral no sul da Bahia após publicação desse diretório. Para maiores informações, pode se consultar, por exemplo, Nobre (2015).

11 Há ainda outras línguas de imigração que têm uma história e um status diferentes das línguas indígenas e africanas.

apresentar como os resultados dos estudos desenvolvidos no âmbito dos projetos “A língua portuguesa no semiárido baiano” e “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano” contribuíram e ainda podem contribuir para o entendimento do processo de constituição do PB, não só enquanto uma variedade sócio-histórico-cultural, mas enquanto uma variedade formada a partir, também, de embates políticos e de resistências linguísticas, em certa medida. Temos ainda a intenção de mostrar como especificamente dados sobre a formação do PB falado nos sertões da Bahia, tentando conciliar aspectos de natureza sócio-histórica com aspectos de natureza linguística.

O trabalho está dividido em três seções principais.

Nesta seção 1, apresentamos as considerações iniciais. Na seção 2, será feito um rápido histórico sobre como nasceram os projetos, as suas metodologias, os seus pontos de convergências, sendo “A língua portuguesa falada no semiárido baiano” foi farol para o nosso trabalho no projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”.

Na seção 3, são apresentados, de forma genérica, resultados linguísticos a partir das pesquisas realizadas tanto individualmente quanto em equipe, de alguns estudos lexicais, buscando ter uma visão de conjunto que dê um panorama sobre o léxico do semiárido baiano, a partir do olhar sobre a formação do português brasileiro e o papel que as línguas indígenas e africanas e outras tiveram para essa formação.

Na seção 4, faremos o fechamento do trabalho buscando apresentar uma consideração mais geral sobre a língua portuguesa falada no sertão/semiárido.

2 “Sertão como se fala¹²”: os projetos “A língua portuguesa falada no semiárido baiano” e Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”

Em seu livro “A invenção do nordeste” (1999), o historiador Durval Muniz Albuquerque credita a intelectuais do início do século XX alguns dos estereótipos que

12 Pegamos emprestado esse subtítulo de um documentário dirigido por Leandro Lopes e lançado em 2016.



se têm sobre o nordeste brasileiro. Esses intelectuais, filhos da elite nordestina, junto com políticos também da elite, “criam” “inventam”¹³ a imagem do Nordeste, na maior parte das vezes, apenas como um lugar seco, não só em termos de clima, mas também de uma cultura que eles poderiam considerar “civilizada”. Nasceram e reproduzem os olhares folclorizados sobre o Nordeste e os nordestinos. Esses estereótipos não consideram e, às vezes, até parecem desconhecer a grande diversidade dessa grande região.

Um dos motivos que nos fez, a mim e a professora Zenaide Carneiro, pensar um projeto que estudasse a variedade linguística utilizada no semiárido baiano foi a busca por quebrar alguns desses estereótipos no que diz respeito a questões linguísticas. Não foi por coincidência que esse projeto foi gestado e debatido durante uma reunião especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), intitulada - “Semiárido no terceiro milênio: ainda um desafio”, sendo que nossa mesa foi intitulada “O português do semiárido baiano”¹⁴. Também foi com a intenção geral de quebrar estereótipos que o professor Cosme Batista dos Santos, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pensou o projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano” e nos convidou para participar da equipe.

Nosso enfoque, nos dois projetos, o primeiro, iniciado, de certa forma, em 1994¹⁵ e o segundo iniciado em 2013, sempre foi mostrar que o sertão/semiárido brasileiro e baiano é um território que produz riquezas, culturas e conhecimentos, com uma realidade sociolinguística diversa e rica. Na época em que iniciamos o primeiro projeto, não havia muitos estudos, quase nenhum, na área de humanidades,

13 Esses políticos e intelectuais, de forma geral, segundo Albuquerque, criaram essa imagem do nordeste, inventaram esse nordeste surgido na década de 10 do século 20, ao se criar o órgão de combate a seca, com um conjunto de imagens negativas sobre o Nordeste. Esse imaginário negativo construído, inicialmente aqui, no Nordeste. Precisamos ressignificar esse Nordeste, e é isso que tentamos fazer ao buscar quebrar estereótipos com relação a língua.

14 Mesa composta por mim, pela professora Zenaide Carneiro, pela professora Eliana Pitombo, com a coordenação da professora Myriam Barbosa. Essa reunião especial da SPBC ocorreu em 1996. Nela começamos a gestar um projeto que foi oficializado em 1998, mas era um projeto iniciado em 1996.

15 Aproveitamos a nossa participação no projeto Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas para iniciar nossa observação em algumas comunidades, inclusive aproveitamos algumas gravações iniciadas no referido projeto, como a que foi feita em Piabas, município de Caém.



especialmente na linguística sobre essa região. Havia pontos no Atlas Prévio dos Falares Baianos e uma ou outra dissertação de mestrado. Essa lacuna era um espaço que precisava ser preenchido, já que, segundo Silva Neto (1986, pág. 18), "Há mais de cem anos que se levantou, nos espíritos daquém e d'além-mar, o espinhoso problema da língua portuguesa do Brasil". Ou ainda, como atestou Mattos e Silva (2004 [1993]),

Passados quase cinco séculos, está ainda por ser reconstruído, com o detalhamento possível, o processo do encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana multilingue de origem, ainda mais complexa linguisticamente (Mattos e Silva, 2004, p 11).

Esse espírito, colocado por Silva Neto e por Mattos e Silva, levou e tem levado, há anos, linguistas brasileiros e estrangeiros a buscarem descrever e entender o português do Brasil. Desse modo, foi nessa tentativa que passamos a trabalhar.

Naquela altura, não havia muitos projetos com a intenção de estudar sincronicamente o português popular, destacavam-se muitos grupos, como o PEUL e diversos outros os quais não citarei aqui para não correr o risco de esquecer algum, mas remeto ao trabalho de Paiva e Scherre (1999) intitulado "Sobre uma retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL" e ao trabalho de Oliveira (2016), intitulado "A Sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro", nos quais as autoras fazem um levantamento dos grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo da língua portuguesa brasileira, elencando os projetos dedicados à análise do Português Popular Brasileiro (PPB) e do Português Culto Brasileiro (PCB), e outros que surgiram de 2016 até hoje. No entanto, poucos desses estudos, até as primeiras décadas dos anos 2000, dedicaram-se a pesquisar o português falado no interior, menos ainda o português rural falado no semiárido. Uma das poucas exceções, mas com objetivos um pouco diferentes dos nossos foi o Projeto "Vestígios de dialetos crioulos em



comunidades afro-brasileiras isoladas¹⁶”, que deu, de certa forma, origem ao Vertentes que estuda comunidades rurais e urbanas. Hoje, há muitos projetos, inclusive na Bahia, estudando falares rurais, em diversas áreas.

A amostra do falar rural que daria a base para as análises foi constituída no período de 1994 a 2000¹⁷ e conta atualmente com um banco de dados de diversas microrregiões econômicas da Bahia. Sempre na perspectiva de entender, não só a participação de línguas indígenas, mas também as africanas na formação dessa nova variedade da língua portuguesa.

A metodologia utilizada para constituição da amostra foi a da sociolinguística laboviana. Foram pensadas células sociais a partir, inicialmente, da realidade socio-cultural das comunidades rurais e posteriormente da realidade da zona urbana de Feira de Santana.

O critério utilizado na escolha das comunidades para a realização da coleta de dados foi o de que as localidades possuísem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, fazendo parte, principalmente, de dois importantes fatores do processo de (re)ocupação do interior do estado, os chamados “ciclos” da agropecuária (séc. XVII a XIX), Jeremoabo e Feira de Santana, e mineração (séc. XVIII, mais densamente), Rio de Contas e Caém. (cf. Almeida & Carneiro, 1999, 2008; Carneiro & Almeida, 2008¹⁸).

Segundo Almeida e Carneiro (1999), constituir amostras para estudos linguísticos levando em conta aspectos sócio-históricos culturais pode propiciar uma melhor compreensão e controle de aspectos que podem ter influenciado a formação linguística da população rural da região semiárida. Além disso, os dados de comunidades não marcadas etnicamente em contraposição àquelas marcadas etnicamente podem ser importantes para o entendimento da formação sócio-histórica da língua falada nessas localidades, uma vez que as variedades linguísticas utilizadas em comunidades marcadas etnicamente foram formadas a partir de contatos linguísticos

16 Projeto coordenado pelos professores Alan Baxter e Dante Lucchesi.

17 Nos anos 2000 fizemos a amostra do português falado em Feira de Santana, junto com as professoras Silvana Araújo, Eliana Pitombo e, novamente, a professora Zenaide Carneiro. Essa fase do projeto foi coordenada pela professora Silvana Araújo.

18 Uma pequena parte desse texto é um resumo das ideias colocadas nestes textos citados.

mais intensos (Almeida, Carneiro, 1999). No entanto, não se pode perder de vista o fato de que a variedade rural, como todo o PPB, foi formada a partir de contatos intra e interlinguísticos e foram variedades sempre muito marcadas pelo silenciamentos e apagamentos não só a partir das políticas linguísticas explícitas, mas também a partir da busca por parte da “sociedade” brasileira do ideal linguístico europeu ou “europeizado”.

Assim, na composição da amostra de fala da zona rural do semiárido baiano, realizamos entrevistas na zona rural dos seguintes municípios: Rio de Contas (Chapada Diamantina), Caem (Piemonte da Chapada Diamantina), Jeremoabo (Nordeste) e Feira de Santana (Paraguaçu). Das quatro microrregiões contempladas nos *corpora* estudados, as duas primeiras são integrantes da antiga zona de mineração e as duas últimas da antiga/atual zona de agropecuária.

Levando em conta esses dados históricos e a metodologia da sociolinguística quantitativa (Weinreich; Labov; Herzog, 1968; Labov, 1972), foram coletadas amostras, a partir de gravações tipo diálogo entre participante e documentador, nas zonas rurais dos municípios preliminarmente selecionados. Como as comunidades rurais gravadas eram comunidades pequenas, tendo entre 300 e 800 habitantes, à época das gravações, utilizamos 12 participantes por comunidade, já que a escolaridade considerada foi apenas a de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, por conta das características locais. Dentro desta perspectiva, o projeto foi dividido em fases, tendo início em 1994, contando com a fase de composição de corpus e de estudo da variedade urbana de Feira de Santana.

- Fase 1 (1994 – 2000): Amostras de fala das microrregiões da Chapada Diamantina e Piemonte da Diamantina. Essas microrregiões fazem parte do ciclo de mineração. Foram realizadas gravações nas zonas rurais dos municípios de Caém e de Rio de Contas, sendo parte publicadas na *Coleção amostras da língua falada no semi-árido baiano* (Almeida; Carneiro, 2008).

As amostras da Fase 1 foram utilizadas em teses e dissertações desenvolvidas tanto na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), quanto em outras instituições, entre elas Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outras.



Além disso, foram realizados também com essas amostras monografias de especialização e trabalhos de iniciação científica, artigos, capítulos de livro. Não só trabalhos na área de morfossintaxe, mas também lexical. Esse material continua sendo utilizado em diferentes estudos.

- Fase 2 (2000 – 2002): Na fase 2, trabalhou-se com comunidades rurais da região nordeste do estado da Bahia, zona de agropecuária. Gravaram-se inquéritos nos seguintes povoados pertencentes ao município de Jeremoabo: Lagoa do Inácio, Tapera, As Casinhas. Parte destas amostras também foi publicada na *Coleção amostras da língua falada no semi-árido baiano* (Almeida; Carneiro, 2008). Além disso, essas amostras também foram utilizadas em dissertações de mestrado, em monografias etc, também em estudos morfossintáticos e lexicais. O escopo inicial era também constituir *corpus* em comunidades indígenas desta microrregião (nordeste). No entanto, por questões operacionais, esse trabalho demorou a ser realizado. Iniciamos recentemente esse trabalho junto com orientandas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos/PPGEL/UEFS.

- Fase 3 (2007-2011) - No ano de 2007, o projeto entrou numa nova fase, denominada Fase 3, voltando-se para a zona urbana de Feira de Santana/BA. Depois de delinear um quadro do português falado em comunidades rurais baianas, cabia aos pesquisadores do projeto a desafiadora e necessária tarefa de procurar traçar uma descrição sociolinguística do português falado em uma cidade tão múltipla como Feira de Santana. Iniciaram-se, então, naquele ano – novamente com o apoio do Departamento de Letras e Artes (DLA) da UEFS e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia -FAPESB –, as gravações na sede do município, que é o segundo da Bahia, em termos populacionais, ficando atrás da capital. Essa fase contou com a colaboração de outras pesquisadoras, além de mim e da professora Zenaide Carneiro, as professoras Silvana Farias de Araújo, Eliana Sandra Pitombo Teixeira, e, por um curto período, a professora Sônia Coutinho. A professora Silvana Araújo foi a coordenadora dessa etapa do projeto e utilizou esse material em sua tese de doutorado (Araújo, 2011). Não trabalharemos aqui com dados urbanos de Feira de Santana, apenas com os rurais.



Como tópicos para o desenvolvimento das entrevistas em todas as fases, destacamos a narração de experiências pessoais, a família, o namoro, o casamento, a escola, o trabalho, a infância, as viagens, a alimentação, a política local etc. Mas, ressaltamos que esses temas eram sugeridos com cautela e sutileza, para evitar a criação de um clima pouco produtivo de conversação.

São muitos estudos com as amostras da coleção falada no semiárido realizada com os dados da zona rural. Apresentaremos, aqui, apenas alguns resultados de estudos realizados no nível lexical, tanto no âmbito do PPGEL/UEFS quanto outros trabalhos.

A questão que sempre norteou o projeto no que diz respeito aos aspectos morfosintáticos foi esta: as diferentes variações encontradas na fala das pessoas dessas comunidades se dão no interior de uma mesma gramática? Essa gramática teria sido construída a partir de contatos? A questão que norteou os estudos do léxico foi similar, sendo que o objetivo geral era dicionarizar a riqueza lexical dessa região baiana, trazendo a voz dos habitantes, incluindo principalmente os povos indígenas e quilombolas. Nesse sentido, buscamos, sempre que possível, entender a origem das lexias encontradas com o objetivo de entender melhor a participação de línguas indígenas e africanas na formação do PB, dando visibilidade, na maior parte das vezes no que estava invisibilizado.

Iniciaremos a apresentação de um panorama sobre a língua falada no semiárido baiano a partir das questões lexicais. Há outros estudos sendo feitos, mas apresentaremos um panorama do que já temos.

2.1 Léxico afro-indígena e “arcaico”: o sertão multi-intercultural

Meu trabalho com o léxico do/no semiárido começou, de forma mais sistemática, em 2013, como já mencionado, a partir da nossa participação no projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”. O convite feito a mim para ser pesquisadora desse projeto se deu exatamente por conta da minha participação no projeto “A língua falada portuguesa no semiárido baiano” e a minha tarefa nesse novo

projeto seria realizar e orientar trabalhos que usassem as amostras já coletadas por nós e publicadas e também em outros *corpora* que pudessem surgir.

Esse projeto tem os seguintes objetivos: (i) Investigar e registrar a identidade lexical e cultural das comunidades rurais e urbanas do semiárido baiano; (ii) Mapear o acervo lexical escrito ou documentado; (iii) Estudar significados da lexia sertaneja nos dicionários tradicionais; (iv) Evidenciar os significados da lexia sertaneja nas falas de moradores em comunidades rurais e urbanas do semiárido; (iv) Introduzir a lexicografia no currículo de língua portuguesa no letramento escolar; (v) Editar um dicionário do dialeto em uso no sertão/semiárido baiano; (vi) Produzir verbetes locais como mecanismos de registros e de legitimação das variedades rurais, dos dialetos em uso nas comunidades indígenas, quilombolas e rurais do sertão baiano do sertão/semiárido. Todos já parcialmente ou totalmente alcançados.

A perspectiva usada é a defendida por diversos lexicólogos, a de que as palavras são uma das formas mais privilegiadas de acesso a uma cultura, ao conhecimento da realidade cultural de um povo e de uma região. O léxico nos permite, por exemplo, conhecer a carga cultural compartilhada entre grupos sociais e como essa carga cultural se manifesta através das palavras. Sobre essa questão, Celina Abade (2006) diz que

estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico (Abade, 2006, p. 2013).

Isquierdo (2009, p. 43) diz que o léxico é o “nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica”. É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade.” Nesse sentido, esse processo foi crucial no processo de colonização, já que a nomeação acaba colaborando com o apagamento e ou silenciamento de algumas visões de mundo, visões de cultura. Dentro dessa perspectiva, buscamos pensar como as palavras sofrem modificações como perda de “sotaques”, inclusão de novos sentidos, exclusão de significados, silenciamentos, recuperações de sentidos, entre outras. Além de verificar a sua dicionarização ou não e como são tratadas nesses dicionários.

2.1.1 Lexias de origem africana

Iniciamos essa empreitada de estudar o léxico de origem africana no PB em um trabalho de qualificação durante o doutorado na UNICAMP sobre o esquecimento do léxico de origem africana nos livros de semântica e dicionários do final do século XIX, início do século XX (cf Almeida, 2002).

Com o projeto sobre a lexicografia do semiárido, a ideia era a de verificar o quão produtivas ainda são palavras de origem africana no sertão, pois pesquisas mostram que a presença africana no sertão/semiárido foi historicamente diferente da presença africana no recôncavo, por exemplo. No recôncavo, houve uma presença constante e em maior número de escravizados ao longo da colonização e no sertão essa presença foi menor e havia um grande número de escravizados brasileiros ao longo dos séculos, já falantes de uma variedade do português, há uma exceção de uma presença um pouco maior de africanos escravizados na zona de mineração (cf. Neves, 2011; Carneiro e Almeida, 2007).

Dentro desta perspectiva, fiz um trabalho inicial que foi apresentado no encontro da Associação de Crioulos e Similares (ABECS), ocorrido na UEFS, com o seguinte título “O caçula tá com dezesseis anos: o léxico de origem africana entre o uso geral e o uso pejorativo”, em 2015. Por não conseguir dar conta da temática por estar em cargo de gestão e com outras prioridades na pesquisa, passamos a empreitada de analisar o léxico de origem africana no *corpus* que constituímos no semiárido para minha orientanda, Uana Vaniessa Pinheiro Abreu, (2019), que foi coorientada pelo professor Patrício Barreiros. Nesse trabalho, Abreu utilizou, como fonte de comprovação da origem das lexias, os seguintes dicionários e ou vocabulários: Houaiss (2009); Cunha (1982) e Castro (2005 [2001]). Cada lexia foi pesquisada observando-se sua origem nas referidas obras, quando encontrada uma que fosse de origem africana ou de provável origem africana, passava-se para a verificação dos significados, ocorrência na frase e lista de abonações, que consiste em retirar exemplos do *corpus* analisado. Abreu (2019) encontrou, mesmo em um *corpus* que não foi feito com essa finalidade, 48 lexias de

origem africana, dicionarizadas em pelo menos uma das três obras lexicográficas analisadas; entre elas: alumã, anduzeiro, bagunça, banana/bananeira/bananal, bandê/banguê, bendengó, búzio, cabaça, caçamba, cachaça, cachimbo, caçote, caçula, cacundo, calundu, cangaço, canjica, capanguinha/capenga, capengue/capanga, capoeira/capueria/capueirado, carimbe/carimbo, carregado, conga, dendê, dengue, despacho, encosto, fifó/fifo, finado, fofa(r), forró, fuxico, garapa, gruna, jegue, jiló, macaco, maconha, mamona, merim, mocotó, moleque, moringa, nêgo, ponga, samba/sambar/sambadeira, senzala, xingar/xingava/xingo. Chamamos a atenção ao fato de que foi uma lista de palavras retiradas de entrevistas semi-estruturadas, feitas em situação informal. Há uma ou outra lexia que pode ser considerada de cunho duvidoso, como é o caso de jegue, que, segundo Cunha (1982, p. 454), é de origem inglesa. No entanto, quase todas as lexias elencadas foram atestadas, inclusive jegue e forró, no vocabulário da professora Yeda Pessoa de Castro que é uma das maiores especialistas na área de etnolinguística, que trabalha com o papel das línguas africanas para a formação do PB. Outro dado importante é que as lexias apresentadas são de uso geral na comunidade e não em situações específicas, como seria o caso se estivéssemos realizando a coleta, por exemplo, em um terreiro de candomblé ou usando uma metodologia específica para coleta de termos de determinado campo semântico. Apenas três lexias apresentaram conotação religiosa: búzios, carregado e encosto.

Apesar das tentativas constantes de apagamento e ou silenciamento dos termos de origem africana (Almeida, 2002), fica evidente que, no sertão/semiárido baiano, africanismos sobreviveram e são produtivos tanto no uso geral quanto no uso especializado (Alves, Marques, 2016). No entanto, sabemos que, por conta da limitação do material analisado, o trabalho de Abreu (2019) apresentou limitações. Mesmo com essas limitações, é um estudo de importância grande para mostrar que, apesar do processo de glotocídio/linguicídio perpetrados contra as línguas vindas da África, as lexias africanas, sobreviveram na fala dos sertanejos baianos.

2.1.2 Lexias de origem indígena

Dentro desta mesma perspectiva, orientamos um trabalho de IC, que está sendo continuado no mestrado, sobre lexias de origem indígena no mesmo *corpus* usado por Abreu (2019) para o estudo das lexias de origem africana. Saádia Ferreira (2021) se dedicou, na IC, a estudar as entrevistas realizadas em Jeremoabo, por essa região ter presença indígena forte até os dias atuais.

O intuito foi, na iniciação científica, e continua no mestrado, investigar o que ainda é utilizado na variedade do português falada no semiárido baiano que possui origem nos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê. Isso porque, “Há, como se sabe, vários empréstimos lexicais das línguas de base tupi incorporados no português brasileiro, embora muitas vezes não se tenha consciência disso” (Ivo, 2021, p.49).

Ferreira (2021), na iniciação científica, encontrou, na região de Jeremoabo, os seguintes termos: arapuca, caititu, Craibeira/Ipê, cutia, macambira, tatu, tatu-peba. Foram 8 lexias que, segundo obras consultadas, possuem origem indígena. A origem das lexias foi pesquisada por meio dos dicionários Aurélio (2008), Dicionário Online de Português e no dicionário Tupi (antigo) – Português, de Carvalho (1987).

Apesar de ser uma região na qual as línguas originárias eram, em sua maioria, do tronco macro-jê, as palavras encontradas que tiveram origem definida são de origem tupi, o que demonstra um contexto do período colonial, no qual houve um processo denominado por alguns de tupinização, que é visto, de forma genérica e inicial, como um processo pensado e imposto pelos jesuítas que tinham aprendido e gramaticizado a chamada língua geral e tinham como objetivo ensiná-la aos povos indígenas não-falantes de Tupi, para facilitar a catequização e a assimilação dos indígenas aldeados em missões jesuíticas, como já mencionado. No entanto, precisamos dizer que houve exceções entre os próprios jesuítas e outros religiosos com relação a se utilizar do método de tupinização. Alguns religiosos aprenderam outras línguas, as escreveram e catequizaram nelas, como exemplo, temos o Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri (1698), A Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Nação Karirí (1699), ambos registrados pelo Pe. Mamiani, e o Katecismo Indico da lingua Kariris (1709), do Pe. Bernado de Nantes. Registros feitos a partir de aldeamentos dos sertões da Bahia.

Mesmo ressalvando que o material analisado que não foi coletado com vistas a estudo lexicográfico, houve poucas lexias de origem indígena, o que pode representar a necessidade de uma metodologia específica para a coleta, mas pode também ser um indício de silenciamento ou apagamento da participação indígena na formação mais ativa do léxico do português da região. Só estudos mais aprofundados poderão responder a essas questões.

Outro trabalho que orientei, na linha de participação indígena na formação do léxico brasileiro, foi do de Paloma Reis Soares (2022), trabalho final da graduação intitulado “A participação da família linguística kiriri para a formação do léxico do português brasileiro falado no município de Quijungue-BA”, que teve como foco destacar a participação dos povos indígenas, que falavam as línguas da família linguística Kiriri, tronco Macro-jê, no PB disseminado no sertão baiano, precisamente no município de Quijingue – BA, a qual é certificada por documentações datadas do século XVII e meados do século XVIII. Os moradores de Quijingue têm laços estreitos com indígenas Kiriri, aldeamento de Mirandela, e os kaimbé, aldeia de Massacará.

Soares (2022) encontrou, na comunidade de Quijingue, várias das lexias elencadas por Ferreira no *corpus* “Amstras da língua falada no semiárido baiano” (Almeida; Carneiro, 2008). Bom esclarecer que Soares (2022) trabalhou com entrevistas com 3 idosos realizadas por ela para a escrita do TCC. As lexias encontradas por ela foram as seguintes: angico, arará, araticum, caatinga, carnaíba/carnaúba, caroá/gravatá, jabuticaba, jítirana, jurema, jurubeba, ouricuri/licuri, maniva, papaterra, pindoba, quixaba, sucupira. Dessas lexias, nem todas são comprovadamente de origem indígena; há dúvidas sobre algumas delas como é o caso, por exemplo, de papaterra. Faz-se necessário ressaltar que a designação de cada palavra foi consultada no dicionário Houaiss Online (2022) e comparada com as lexias dispostas no catecismo de Mamiani (1698).

Quanto aos elementos da flora, obteve-se um grande número de palavras e, entre elas, a maioria foi designada ao tronco tupi, mesmo sem haver certeza, demonstrando a possibilidade ou a indagação de algum dicionarista a respeito da provável etimologia. Em vista disso, as palavras dentro deste aspecto são angico, arará, araticum,



carnaíba~carnaúba, caroá~gravatá, jabuticaba, jitirana, jurema, jurubeba, ouricuri~licuri, maniva, pindoba e sucupira.

2.1.3 Lexias “arcaicas” e/o galegas

Outro trabalho que orientei na área de lexicografia/lexicologia, mas que foi na linha de um léxico europeu, no caso específico com o léxico de origem galega e/ou os chamados arcaísmos, foi o realizado por Gracielli Fabres de Araújo (2015), em sua dissertação intitulada “Caminhos da Galícia: o léxico do semiárido baiano”, que trouxe discussões como: o galego-português; o momento em que, pelo menos parte da Galícia deixou de usar o galego, principalmente na zona urbana e adotou o castelhano. Trouxe também textos, do final do século XIX início do século XX, na tentativa de mostrar que as palavras elencadas como de origem galega ou arcaicas e que são usadas no semiárido aparecem nas transcrições do Galego. Mas não nos deteremos nesta discussão. Apresentaremos os resultados linguísticos encontrados que foram publicados posteriormente em capítulo de livro escrito por Araújo e por mim (Araújo; Almeida, 2016), em livro organizado por Santos e Queiroz (2016).

Em primeiro momento, foi feita a leitura da coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano* (2008) e o levantamento das unidades lexicais que contemplam as influências ibéricas, a partir de um conhecimento prévio sobre a fala dos galegos e também um conhecimento acerca do espanhol. Partimos para um *corpus* dicionarístico, referente à terminologia ibérica e, posteriormente, organizamos uma amostra com dezessete unidades lexicais as quais, depois da recolha, foram organizadas em fichas lexicográficas. Chamamos a atenção para o fato de que no semiárido existem outras palavras que poderiam ser consideradas arcaísmos, como *bassoura*, por exemplo, mas foram trabalhadas as lexias que apareceram nas entrevistas.

O *corpus* foi organizado em unidades lexicais com 17 verbetes, constituído de 6 substantivos, 3 advérbios, 2 conjunções, 4 interjeições e 2 verbos, de acordo com o *Dicionário Aurélio*. Observa-se que os substantivos se destacam no decorrer do estudo. A seguir, apresentamos a distribuição conforme a classificação de cada verbete, entre



eles: depois, apois, entonces, menhã, luita, proque, esprito, tamém, vixe, dixe, oxe, oxente, vinhesse, cabra (fala-se da origem espanhola em cabron), painho, mainha. As lexias foram checadas nos dicionários de Bluteau (1728), Silva (1789), Pinto (1832), Houaiss (2001) e Aurélio (2004).

A partir da análise das entrevistas, observou-se o uso das palavras *depois*, *apois*, *entonces*, *menhã*, *luita*, *proque*, *esprito*, *tamén*, *vixe*, *vige*, *dixe*, *vinhesse*, *oxe*, *oxente*, *cabra*, *painho* e *mainha*, as quais podem ser consideradas arcaísmos ou galicismos. Pode haver no caso de muitas dessas lexias questionamento com relação a algumas delas como uso de um possível processo fonético-fonológico e não arcaísmos, como são os casos de *proque*, *esprito*, *tamém*. Essa é uma questão complexa, mas dada outras características das comunidades, as analisamos como arcaísmos. A localidade na qual as ocorrências mais aconteceram foi em Rio de Contas – Chapada (mais antiga). Bases históricas comprovam a trajetória de galegos pela Chapada Diamantina, desde o século XVI, assim como por Ilhéus. Foram também observadas muitas ocorrências em Piemonte da Diamantina.

No interior do Brasil, muitas expressões sinalizam a grande herança linguística deixada na fala de brasileiros, a exemplo do simples “cabra”, vindo de “cabrão”, “cabrón” (na Espanha cabrão tem o significado de safado); na Galiza, as palavras “tresantonte”, “saluç” e nas formas verbais como “vinhesse”, visto como “viñese” na Galiza, e “dixe”, em vez de “disse”, ouvidas pelo Brasil. Quanto às palavras “Painho” e “Mainha”, amplamente utilizadas no Nordeste, acredita-se que são de origem galega, de acordo com as afirmações da pesquisadora galega Rosário Álvarez (em comunicação pessoal a Araújo).

Todos esses exemplos tentam comprovar a influência de povos ibéricos, em especial dos galegos, na língua falada na Bahia, principalmente nas variedades rurais e, mais especificamente, no léxico. Muito ainda deve ser feito sobre essa parte da história do português do Brasil.

2.1.4 Outros estudos

Há outros estudos em andamento no âmbito do projeto “Um estudo lexicográfico do semiárido baiano”, em especial com relação ao papel das línguas indígenas na formação do PB, um deles trabalhando com o material das “Amostras do português falado no semiárido baiano” e ou outro com previsão de gravação de entrevistas em comunidades indígenas.

Realizamos também, junto com Lécia Penna (Penna e Almeida, 2016), um trabalho sobre o léxico ligado a atividades de trabalho no campo. Foi um capítulo publicado no livro organizado por Santos e Queiroz (2016), já mencionado aqui. Diversas lexias são comuns a outras comunidades, sendo que há um uso comum de termos descritivos, com um grau de iconicidade, demonstrando a relação do homem do semiárido com os problemas relacionados à seca, mas também com a religiosidade, como colocado nos exemplos abaixo:

- As expressões “feijão de arranque” e “feijão catador”, usadas para designar respectivamente o feijão comum e o feijão de corda, demonstram a maneira como se faz a colheita do feijão, ora arrancando toda a planta para retirar os grãos, no caso do feijão comum, ora catando as vagens com os grãos, no caso do feijão de corda. Outros vocábulos encontrados no referido estudo como “candombá”, “palmatória”, “temporão” e “anapiri” não são dicionarizados. Alguns deles são considerados brasileirismos¹⁹, como “araruta” e “paina”, e outras, de origem tupi, como “taquara”, “pindoba”, “samambaia”, “pequi”, “maniçoba” e “camará”. Segundo Cardoso (2005, p. 176), o vocabulário da flora brasileira de origem tupi é muito grande. Aulete traz “paina” como sendo de origem malaiala. O vocábulo “pau de óleo” não aparece no dicionário, mas sim o vocábulo “copaíba”. O vocábulo “licurizeiro” também não é dicionarizado, aparecendo como entrada apenas “licuri”, de origem tupi, que serve para designar a árvore e o fruto dessa planta. Encontramos ainda meridio, que é uma espécie de porco selvagem. Segundo Borba (2011, p. 911) e Aulete (2011, p. 918), se refere ao meio-dia, enquanto os informantes dizem que é uma espécie de porco selvagem. Encontramos ainda duas lexias ligadas à preparação do abobe que não são dicionarizadas, são elas:

19 Em muitos casos, dicionários, principalmente mais antigos, designam palavras de origem indígena e africana como brasileirismos.



“metregar” e “macetar”, ambas ligadas ao processo de amassar o barro para tomar consistência. No entanto, a maioria das ações relacionadas à atividade de produção do adobe é designada por vocábulos dicionarizados.

Assim, verificamos que muitas das lexias e das expressões encontradas na fala de pessoas da zona rural da Bahia não são dicionarizadas ou, quando são, estão de forma incompleta, como aponta Santos (2016). Quando se trata de lexias de origem africana e de origem indígena, há tendências nos dicionários tradicionais: A) Tendência à invisibilidade: umbuzada (batida de umbu), apeiar (desmontar); B) Tendência à incompletude: **Terreiro**. *s.m.* 1. Espaço de terra livre e plano. 2. Local de cerimônias de cultos afro-brasileiros; C) Tendência ao uso pejorativo: Definição de **moleque** em Aurélio: 1. Neguinho. 2. Indivíduo sem palavra, ou sem gravidade. 3. Canalha, patife e só no final dá o significado original 4. Menino de pouca idade.

Quando se trata de lexias surgidas a partir da experiência da comunidade rurícola, como foi o caso dos termos descritivos encontrados nas denominações de atividades ligadas a atividades laborais de duas comunidades do semiárido, especificamente da Chapada Diamantina, há também as mesmas tendências, principalmente a invisibilidade. Esse falar rural é muito organizado a partir do princípio da experiência, trata-se de uma fala que incorpora, na sua narrativa, o viver e o trabalhar, as experimentações cotidianas, os elementos da paisagem. As palavras produzidas nesse contexto que comunicam pela descrição, falam de coisas que são e descrevem as trajetórias da coisa comunicada.

Tentando fechar essa parte sobre o léxico do sertão semiárido, podemos dizer que há diversos estudos na área de lexicografia e lexicologia que trabalham o léxico baiano, especialmente no âmbito do Atlas Linguístico do Brasil (ALIB). No entanto, nós nos detivemos em uma área específica que é o sertão-semiárido baiano e utilizando uma metodologia diferente do ALIB. O ALIB se utiliza de questões específicas por áreas semânticas, o que leva a determinadas respostas. Nós utilizamos *corpora* orais, entrevistas, relativamente, livres que falam de vários temas, não levando ao uso de um campo semântico específico. Nesta perspectiva, pelos dados analisados até o momento,

podemos afirmar que o léxico utilizado, especialmente em comunidades rurais, tem uma presença forte de línguas africanas e indígenas, apesar dos poucos dados ainda analisados (com presença maior ao que parece do tupi antigo ou tupinambá), além do que convencionamos chamar de arcaísmos, que estão em processo de desaparecimento com a morte dos mais velhos. Sabemos que essa participação seria muito mais visível se nossos estudos sobre essas comunidades estivessem mais adiantados, mas também sabemos que houve e há muitas formas de silenciar essas lexias, especialmente quando pessoas que as usam passam a ter contato com o português urbano e são discriminadas por conta das suas formas de falar.

Assim, podemos dizer que, em certa medida, o léxico da variedade linguística do sertão/semiárido baiano possui duas grandes vertentes, a da inovação e a do conservadorismo. As inovações são frutos da participação, principalmente, das línguas indígenas e africanas, e o conservadorismo, via arcaísmos, são manutenções de lexias vindas do galego ou de variedades mais antigas do português, podendo haver alguma influência do castelhano. Há muito trabalho ainda por ser feito no que diz respeito a formação do nosso léxico.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que os povos dominados buscaram estratégias de sobrevivência, entre essas estratégias estava e está o domínio da língua do dominador, que, inicialmente imposta, se tornou para muitos umas das formas de proteção e ascensão social. Há na variedade do português popular, como a analisada por nós aqui, especificidades lexicais, o que é natural, já que o léxico é o nível da língua mais suscetível a deixar as pegadas da cultura de um grupo social, de um povo. As marcas das línguas africanas, indígenas e outras, dependendo da região do país, estão vivas e participaram/participam ativamente da formação da língua que conhecemos como português brasileiro. Há muito ainda a ser feito para conhecermos os efeitos da colonização linguística e da transmissão linguística irregular na formação do PB (nos termos colocados por Lucchesi, Baxter, Ribeiro, 2009), especificamente sobre a



participação das línguas africanas e indígenas, no caso da última os estudos ainda são bastante iniciais.

Referências

ABBADE, C. M. de S. O Estudo do léxico. In: TEIXEIRA, Ma. da C. R.; QUEIROZ, R. de C. R. de; SANTOS, R. B. dos (Orgs.). **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Quarteto, 2006, p.213-225.

ABREU, Uana Vanessa. **Da África à Bahia: um estudo sobre o léxico africano em comunidades do semiárido baiano**. 2019. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

ALBUQUERQUE, JR. D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

ALMEIDA, N. L. F. de; CARNEIRO, Z. de O. N. **Amstras da língua falada no semi-árido baiano**. Feira de Santana, UEFS/FAPESB, 2008.

ALMEIDA, N. L. F. de; CARNEIRO, Z. de O. N. A língua portuguesa falada no semi-árido baiano: algumas considerações. In: Congresso de Língua Falada e Escrita, 1999, Maceió. **Múltiplos olhares sobre a língua**. Maceió: UFAL, 1999.

ALMEIDA, N. L. F. de. O (quase) esquecimento dos africanismos em estudos de Pacheco Silva e Said Ali. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas: Pontes, 2002, p. 93-105.

ALVES, Maria Rosa Almeida e MARQUES, Juraci. Africanidade e identidade Yorubá nos terreiros do sertão: a força da tradição oral. **REVASF**, Petrolina, PE, vol. 6, n. 10, 2016, p. 65-74.

ARAÚJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2014. Tese de doutorado – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ARAÚJO, G. F; ALMEIDA, N. L. F de. Caminhos da Galícia: o léxico no semiárido baiano. In. SANTOS, C. B.; QUEIROZ, R. C (orgs). **As palavras e as culturas: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana**. Salvador: EDNUEB, 2016. P99-118.

BLUTEAU, R. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Companhia de Jesus, 1712

CALVET, J. **Linguística e colonialismo: pequeno tratado de glotofagia**. Traduction: Xoan Fuentes Castro, Santiago de Compostela : Edicions Laiovento, 1993.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3a ed. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.



CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário Tupi (antigo) português**. In.: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acarvalho-1987-dicionario/Carvalho_1987_DicTupiAntigo-Port_OCR.pdf

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**: Um vocabulário afro-brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 [2001].

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: Jânia M. Ramos e Mônica A. Alkmim. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: volume 5, estudos sobre mudança lingüística e história social**. 1aed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, v. 1, p. 423-442.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Dicionário Michaelis online. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coloniza%C3%A7%C3%A3o/> - consultado em 4 de outubro de 2023.

EVARISTO, Jeferson. O linguicídio africano no Brasil. **Fórum linguístico**. Florianópolis, 2021 v.18, n.4, p. 7086 – 7097.

FERREIRA, Sáadia. Heranças lexicais dos povos de língua tupi na região de Jeremoabo/Bahia. **Relatório de Iniciação Científica**. UEFS, 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. J.E.M.M. Editores Ltda. – 1986, 1-1821.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, eds. 2001 e 2009.

ISQUERDO, A. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, SSC., COSTA, SBB., and CARDOSO, SAM., orgs. **Dos sons às palavras: as trilhas da Língua Portuguesa** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 42-59. ISBN 978-85-232-1185-1. Available from SciELO Books.

IVO, Ivana Pereira. O falar caiçara: subsídios para os estudos sobre a contribuição de línguas indígenas para a formação do português brasileiro. **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 29-53, 2021. DOI: 10.22481/el.v19i3.9139. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br>.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LYRIO SANTOS, Fabricio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)** – Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

LOBO, Tânia. **Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX**. Vol I. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 1998.

LOPES, Leandro. **Sertão como se fala**. Documentário. Youtube. 2016.



LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas/SP. Pontes, 2004.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Letramento, 2019.

NEVES, E. F. **Sertões da Bahia**: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural. 1. ed. Salvador: Arcádia, 2011. v. 1. 718p.

NOBRE, W. C. A. **História linguística do sul da Bahia (1534-1940)**. 2015. Tese de doutorado Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, J. M. A sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro. **Cadernos de estudos linguísticos** (UNICAMP) v. 58(3), p. 481-501, 2016.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 201-232, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Fs5Sf3yM65D75mmWjYhjkTk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PENNA, L.; ALMEIDA, N. L. F. de. “Sambambá. Conhece sambambá?”: o estudo do léxico nas comunidades de Bananal e Barras dos Negros (Rio de Contas-BA). In. SANTOS, C. B.; QUEIROZ, R. C (orgs). **As palavras e as culturas**: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana. Salvador: EDNUEB, 2016, p.35-68.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Portuguesa Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas**: 500 anos de descobertas e perdas. São Paulo: DELTA, 1993. p. 99-100.

SOARES, Paloma. **A contribuição da língua kiriri para a formação do léxico do português brasileiro falado no município de Quijingue – BA**. Trabalho final de curso de graduação em Letras/Português/Inglês. Feira de Santana, UEFS, 2022.

SANTOS, Cosme B. dos; QUEIROZ, Rita (Org.). **As palavras e as culturas**: estudos da relação entre léxico e cultura na realidade baiana. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2016. v. 1.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Antonio de Moraes e. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

WEINHREICH, U.; LABOV, W; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change.** In. LEHMAN, W. & MALKIEL, Y (org). (1968). Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas Press. P. 97-195.

Recebido em: 14/02/2024 | Aprovado em: 20/07/2024
Publicado em: 12/07/2025
